

M O D O S

D E F A Z E R

M O D O S  
D E  
F A Z E R

---

P A O L A  
B E R E N S T E I N  
J A C Q U E S

---

M A R G A R E T H  
D A S I L V A  
P E R E I R A

**A** expressão “modos de fazer”, que dá título a este segundo tomo, significa “modos de agir” e pressupõe um pensar em ato. Após o *Tomo 1: modos de pensar*, da coleção das *Nebulosas do pensamento urbanístico*, reunimos agora modos de agir. Isto é, um pensar que é ação em suas condições efetivas de ser. Dito de outro modo, uma ação que se sabe um pensamento em toda sua potência crítica e, assim, em sua porosidade e capacidade de transmutação, à medida que experimenta métodos e se experimenta social e culturalmente.

Modos de fazer que se aproximam do que Michel de Certeau chamou de “maneiras de fazer”, ou “artes de fazer”, no livro *A invenção do cotidiano*, relacionando-as às práticas, mas também aos modos de narrar e de caminhar, em particular, o narrar os espaços e o caminhar pelas cidades. Assim, distanciando-se nesse ponto – inclusive de alguns de seus contemporâneos com os quais compartilha, entretanto, outras lutas epistemológicas, como Foucault, Bourdieu e Deleuze –, Michel de Certeau trouxe para o primeiro plano as práticas sociais cotidianas em sua diversidade e seus escapes da disciplinarização. Não só o título deste tomo herda desses esforços de Certeau e de sua atenção para as culturas e, evidentemente, para os atores, suas ações e interações, como para uma compreensão da arquitetura e do urbanismo como práticas, que pressupõem culturas, modos de agir e de pensar.

Michel de Certeau buscava entender a lógica dessas práticas ordinárias, dessas artes ou modos de fazer, a partir de uma longa tradição. Em *A escrita da história*, as práticas históricas são investigadas de forma detalhada, buscando compreender a história como uma operação complexa e, em particular, como uma operação historiográfica. “Fazer história’ é uma prática”,<sup>1</sup> insistia ele. Trata-se, portanto, aqui, de compreender também a história como prática, como ação, como uma “arte de fazer”.

Como se sabe, ele foi muito criticado e “censurado por relativizar a noção de verdade, por suspeitar da objetividade das instituições do saber, por sublinhar o peso das dependências e das convivências hierárquicas e, enfim, por colocar em dúvida modelos recebidos que fazem a fama da escola francesa de história”, como bem colocou sua discípula Luce Giard. Mas o que mais buscava, como base de sua reflexão, era uma epistemologia da história. Ainda citando Giard, Michel de Certeau era um “apaixonado pelos novos métodos, disposto a correr o seu risco e lúcido sobre suas determinações e seus limites”.<sup>2</sup> Nesta publicação, também nos dispomos a correr riscos ao serem explicitadas nossas práticas.

Nas páginas que se seguem, busca-se evidenciar modos de fazer, ou seja, práticas e métodos de ação, por vezes bastante distintos, de grupos de pesquisadores de cinco laboratórios de pesquisa brasileiros – Laboratório Urbano, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Laboratório de Estudos Urbanos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Laboratório de Estudos da Urbe, da Universidade de Brasília (UnB); Cosmópolis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – que, malgrado muitas vezes o seu isolamento em seu trabalho cotidiano e de formação de estudantes, parte de uma esfera pública que é tanto local quanto transnacional.

Certamente, o que globalmente nos reuniu foi, de início, um duplo recorte de campos disciplinares, os campos da história e do urbanismo e, sobretudo, sua interseção. Contudo, talvez, o que começou por aproximar-nos tenha sido o entendimento comum de que tanto a história quanto o urbanismo são culturas e práticas. Nesses termos,

são modos de agir que, ontem ou hoje, são também fazeres e saberes que se definem em consonância, tensão ou ruptura em um campo de experiências sociais acadêmicas, urbanísticas ou, simplesmente, urbanas.

Em seu conjunto, todos os laboratórios de pesquisa, em maior ou menor grau, se debruçam sobre as condições contemporâneas, gerais e específicas, das cidades e das formas de vida coletiva e diferenciadas que as designam. Voltam-se, assim, para o passado, em um anacronismo até certo ponto consciente, para questionar historicamente as visões ou teorias que contemplam a dimensão citadina e urbana, sobre seus fins e propósitos; sobre os discursos que as sustentam; sobre as camadas que se sedimentam, mas também sobre as suas fissuras.

Na busca de questionar o próprio presente e criar parâmetros para sua leitura, interrogam, portanto, as ações, os sistemas ideológicos e os corpos de saberes que buscam perpetuar, denunciar ou se mostrar atentos e críticos às próprias dinâmicas das cidades, às suas mutações sociais, culturais, materiais, tecnológicas ou, enfim, às suas assimetrias de diferentes gêneros e perfis.

Suas reflexões, começando pelos temas tratados e suas formas de abordagens, estão, assim, impregnadas dessa prática, do viver, no dia a dia, as cidades. Nesses termos, este é um livro de diferentes métodos no qual se os modos de subjetivação e a subjetividade são o ponto de partida, e não poderia ser de outro modo, o que importa é o apagamento de si no respeito às vozes dos atores vencidos historicamente, mas presentes nos objetos de estudo que são eleitos, nos *corpora* documentais dos quais cada qual se cerca, no esforço crítico de objetivação e, enfim, nas possibilidades de teorização.

São inúmeras, entretanto, as diferenças que marcam as práticas dos pesquisadores aqui reunidos, para além das próprias diferenças das cidades e contextos em que atuam: Salvador, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Campinas. Afinal, o que esses contextos têm em comum como condições de possibilidade em seu fazer? Singularizam-nos ainda diferenças de geração e de condições de trabalho científico em um país onde elas não são insignificantes e que acabam se imiscuindo em seus percursos.

De fato, suas atividades coletivas e colaborativas decorrem em laboratórios de pesquisa formados, às vezes, há décadas ou constituídos há poucos anos, com níveis variados de institucionalização e de articulação e interlocução com outros grupos intramuros universitários ou fora deles. Mas não só. Aham-se inseridas em programas de pós-graduação com formatos, linhas de pesquisa e culturas institucionais distintas. Enfim, as próprias pesquisas enfocam largos arcos temporais ou tempos curtos e recortam objetos e questões variadas que nem sempre favorecem comparações e cruzamentos, mas que propiciam, em contrapartida, constatar – o que talvez seja mais importante – certas regularidades.

Não se trata, portanto, de uma rede de pesquisadores propriamente dita e nem se apresenta um método único de fazer pesquisa, um único modo de fazer. Os grupos de pesquisa reunidos nesta publicação constituem, ao contrário, uma grande nebulosa de pesquisadores que tem as cidades e as visões sobre elas não apenas como objeto de estudo, mas como *locus* e propulsor de suas próprias práticas e que define, antes de tudo, uma atitude intelectual que qualifica o próprio fazer como uma arte que continuamente pergunta sobre si.

Com suas práticas historiográficas multiformes, esse grupamento, melhor que qualquer outro exemplo, ilustra a própria ideia de nebulosa. É assim que vimos chamando, metaforicamente, as conformações dos grupos intelectuais, profissionais ou institucionais reconhecíveis e observáveis em mais de dois séculos de constituição das cidades como objeto de olhar, de discursos e de intervenções pelos urbanistas e pelo urbanismo.

Pode-se dizer que, como se aprendia nos antigos livros de primeiras letras, uma nebulosa é um conjunto de nuvens, do mesmo modo que uma alcateia significa um conjunto de lobos ou uma colmeia é um conjunto de abelhas. Nesse sentido, uma nebulosa é o que se chama um substantivo coletivo. Isto é: é um substantivo, usado no singular, mas que designa um plural. Nebulosa é, assim, uma forma que se identifica como única, mas é um conjunto formado por múltiplas e diferentes formas de névoas, por diferentes camadas de nuvens.

Contudo, não se trata de uma totalidade homogênea, constituída pela soma simples de partes em suas singularidades. É menos um espaço associativo do que um espaço correlativo, se quisermos. Nas nebulosas, as interações entre névoas contam muito. Observam-se zonas de adensamentos, condensações ou esgarçamentos que, além do mais, podem ser grandes, pequenas, muito agrupadas, dispersas, infinitas. Por outro lado, conta também a simples leitura dessas configurações e há, até mesmo, aqueles que nunca olham para os céus e, portanto, não as veem, embora sintam os efeitos, sobretudo da luz, do sol, das tempestades, das sombras. Nebulosas dizem respeito a sujeitos entre si, mas também com seus objetos de estudo, seus conceitos, suas formas de abordagem.

São infinitas as correlações que podem ser feitas entre as configurações de um conjunto de nuvens e as de alguma outra forma visível: aqui, se parece um elefante; ali, um gigante; mais além, um castelo. Como já havia mostrado Umberto Eco em *Os limites da interpretação*,<sup>3</sup> o próprio Shakespeare fez Hamlet em busca da verdade sobre o assassino do pai e, com suas hipóteses, mostra que uma única nuvem pode parecer um camelo, uma doninha ou até uma baleia.

Embora mutáveis, díspares e moventes, nesta coleção de livros, nebulosas são simplesmente conjuntos de nuvens em relação aos quais as associações, as correlações ou até mesmo as conjecturas hamletianas não são consideradas, contudo, descabidas ou desprezíveis. Não apenas porque ver ou sentir é irredutível ao falar ou, como lembra Deleuze, leitor de Foucault: “aquilo que se vê não se aloja jamais no que se diz...”.<sup>4</sup> Mas porque, se não há correspondência entre o discursivo e o não discursivo, ela de resto não existe no interior das próprias narrativas.

É ainda Deleuze que, falando do pensamento de Foucault, resume: “[...] as visibilidades não se definem pela vista, são complexos de ações, de paixões, de ações e reações, são complexos multisensoriais que vêm à luz”.<sup>5</sup> Assim, aquilo que um pesquisador formula como pensamento e as invisibilidades que extrai do murmúrio do mundo e erige como objeto de estudo são, no máximo, mediações: são esforços para dar inteligibilidade a um pensável e a um impensado, esforços

de objetivação de um subjetivo que se sabe um modo de subjetivação daquilo que lhe é exterioridade ou uma interiorização do fora.

Hipóteses e suas leituras sublinham a natureza híbrida e indeterminada de cada conjunto de nuvem em que a ideia de limites ou precisão perde o sentido e, por mais paradoxal que possa ser, é a interpretação, portanto, que, embora também de compartilhamento sempre incerto ou até impossível, se mostra específica, precisa – historicamente situada – como desafio e esforço circunstancial de descrição.

Ora, além de híbridas, contingentes e de contornos pouco precisos, o que ainda marca a forma das nebulosas é a sua transitoriedade. Nelas, advinha-se um sopro invisível que, de um instante a outro, as faz, desfaz, refaz. Nem totalmente entregues ao acaso, nem seguras em suas posições é a atopia que define seu modo de existência, e talvez seja aqui que a metáfora revele sua potência e sua natureza filosófica e política.

Pensar, portanto, por meio de nebulosas sintetiza uma poética do político que atravessa subjetividades em seu desejo de compartilhamento e em sua construção contínua e coletiva. Em sua instabilidade e em sua insistência em construir-se e reconstruir-se como configurações desejáveis e necessárias, as nebulosas parecem pensar com o mundo, resistir em ser mundo e fazer mundos, diante da memória da própria incompletude e precariedade que caracteriza a condição humana.

Observar os céus metafóricos das nebulosas é ser convidado a pensar o tempo político como aquele do presente, da ação. Como tal, este é um tempo sem tempo. Aqui, desfazem-se a estabilidade e o conforto de pensar a história como tempos mortos ou como um projeto pré-determinado. O tempo das nebulosas é um tempo que se dilata e escorre. Ele é o contemporâneo, um tempo gerúndio que, sendo, forma e desfaz conjuntos de éter para misturá-los, não separando modos de existência, arte, ciência, política, reflexão, ação. Desfaz para refazer.

Pensar por nebulosas desfaz fronteiras, desarma verdades, desmonta recortes nacionais, identidades cristalizadas e a xenofobia dos nacionalismos e aponta para formas de cultura e do mundo social feitas de misturas, de impurezas, de hibridações – conformando como



nuvens culturas nômades no pleno sentido da palavra. Ensina que as identidades se constroem e se reconstroem a cada gesto, a cada ação, a cada movimento que se sente como um sopro coletivo em relação ao qual se reposiciona.


Pensar por nebulosas, como explicitado no tomo 1 desta coleção, é uma forma de pensar o político e a ideia de vida social a partir de um certo sentido de universalidade que dá sustentação à própria ideia de cidade como espaço possível de confronto, mas de pleno respeito à alteridade, por sabê-la outras faces de si. E aqui, a luta pelo direito à cidade guarda seu horizonte simbólico de luta pelo direito de todos, de qualquer um – um direito nômade, isto é, o direito, os direitos dos que habitam uma terra sem fronteiras, sem propriedades, sem muros, sem fixidez, que se quer igualitária em suas singularidades. Os pesquisadores aqui reunidos são, assim, uma nebulosa acadêmica que estuda, por sua vez, as *nebulosas do pensamento urbanístico*, entendendo-as como um pensamento de limites difusos, que circula sem fronteiras.

O vocabulário daqueles que observam os céus da história e suas nuvens rejeita as noções de modelo ou de transferência e fala de montagens, de um pensar por metáforas, aceitando o caráter indeterminado e potencialmente subversivo que isso implica. Como um sopro, esse vocabulário tenta movimentar instituições e posições de saber e de poder que evidentemente possibilitam e pressupõem modos de operação historiográfica, mas buscando confrontá-los, deslocá-los, dobrá-los sobre si para começar por perguntar-se sobre o pensar, o ver, o dizer, o agir e aquilo que os move. Por que o passado? Qual o presente há dentro dele? Quais memórias? E quais possibilidades de futuro? Para quem? Para qual academia? Para qual produção de conhecimento?

Aqui, os “esclarecimentos” dão lugar a zonas de sombreamento – o “escuro do presente”, como se refere Agamben, ou as zonas opacas, como diria Milton Santos – na medida em que um pensar a partir de nebulosas ou por meio de nebulosas quer dizer, já de início, pensar considerando uma superposição de camadas etéreas e que não só se movimentam como também obscurecem os céus. Como insiste Agamben, a partir de Benjamin, sobre o que significa ser contemporâneo:

Perceber no escuro do presente [é perceber uma]... luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo. Por isso os contemporâneos são raros. E por isso ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós.<sup>6</sup>

Enfim, utiliza-se aqui a imagem de céus nublados e nebulosos como metáfora para falar do ato de conhecer e de conhecer coletivamente. Fala-se de céus e de nuvens para questionar as cidades e a vida dos homens, mas, sobretudo, o alcance de suas instituições. Fala-se de grupos de pesquisa como nebulosas para lembrar que a produção coletiva de conhecimento exige a coragem dos céus escuros para ter a potência das chuvas.



## NOTAS

- 1 CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 77.
- 2 GIARD, L. *A invenção do cotidiano*: tomo 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 16.
- 3 ECO, U. *Les limites de l'interprétation*. Paris: Grasset. 1992. p. 68, tradução nossa.
- 4 DELEUZE, G. *Foucault*. Paris: Editions de Minuit, 1986. p. 71, tradução nossa.
- 5 *Ibid.*, p. 66, tradução nossa.
- 6 AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009. p. 65.